



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

variahis@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Ribeiro de Oliveira, Mônica
Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeicultor. Análise de trajetórias intergeracionais na
América Portuguesa (séculos XVIII e XIX)
Varia Historia, vol. 27, núm. 46, julho-diciembre, 2011, pp. 625-644
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434839012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeicultor

**análise de trajetórias intergeracionais na
América Portuguesa (séculos XVIII e XIX)***

***Immigrant grandfather, farmer father,
coffee producer grandson***

***analysis of intergenerational trajectories in the
Portuguese America (18th and 19th centuries)*****

MÔNICA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Departamento e Programa de Pós Graduação em História da UFJF

Rua João Lourenço Kelmer s/n – Campus Universitário

Juiz de Fora – MG

CEP: 36036-330

monicaufjf@gmail.com

RESUMO O presente artigo tem como ponto de partida o acompanhamento de três trajetórias individuais inseridas no contexto da história de Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XIX. Analisaremos as formas de ascensão social e o processo de diferenciação desses indivíduos uma vez que suas origens não se prendiam às carreiras clássicas dos conquistadores, homens de negócios e burocratas. Ao longo prazo, estas trajetórias resultaram na integração dessas gerações a elite rural do sudeste brasileiro.

Palavras-chave hierarquias sociais, história de Minas Gerais, elites rurais

* Artigo recebido em: 17/11/2010. Aprovado em: 17/06/2011.

** Esta pesquisa conta com o apoio da FAPEMIG.

ABSTRACT The present article has as its starting point the following of three individual trajectories placed in the context of the history of Minas Gerais, between the 18th and 19th Centuries. We will analyze the forms of social ascension and the process of differentiation of these individuals since their origins did not stick to the classic carriers of the conquerors, business men and bureaucrats. In the long term, these trajectories resulted in the integration of these generations with the rural elite of the southeast region of Brazil.

Keywords social hierarchies, history of Minas Gerais, rural elites

Este artigo tem como objetivo o acompanhamento de trajetórias de indivíduos e seus grupos familiares por três gerações em, aproximadamente, 150 anos. Através do uso combinado de fontes quantitativas, como os registros paroquiais de batismo, com aquelas que permitem uma análise qualitativa, acompanharemos a experiência individual e familiar, buscando perceber nesse percurso as formas de reprodução social e econômica que possibilitaram um processo de diferenciação do grupo original do qual foram recrutados. Nesse sentido, a pesquisa dialoga com as proposições da micro-história, ao refletir sobre as realidades passadas, tentando recuperar as vivências cotidianas através do reconhecimento da ação do indivíduo e a percepção de sua trajetória. Eleger o indivíduo à condição de protagonista, ao buscar articular distintos aspectos da realidade em uma diferente abordagem da história social – uma das principais características do que do que Jacques Revel denominou como a “história do rés ao Chão” – torna-se o principal desafio das páginas que se seguirão.¹

A escolha de determinados indivíduos e suas trajetórias não se baseou em uma amostra segundo critérios estatísticos, mas em uma seleção conduzida pelos resultados dela, ou seja, aqueles que se apresentavam como grandes proprietários de terras e escravos em um dinâmico núcleo agrário-cafeicultor, na segunda metade do século XIX, em Minas Gerais. Através de uma abordagem retrospectiva, recuamos duas gerações, até encontrar traços da trajetória de seus pais e avós noutras regiões vizinhas, mas muito articuladas.

Para além das singularidades próprias de cada indivíduo, consideramos suas trajetórias relevantes para o entendimento das formas de ascensão social dentro de um contexto marcado por profunda estratificação social, característica de sociedades moldadas por valores do Antigo Regime. É

1 REVEL Jacques. A História do rés ao chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.17.

nosso objetivo entender como se realizou o processo de diferenciação social desses indivíduos no longo prazo. Suas origens não se prendiam às carreiras clássicas dos conquistadores, homens de negócios e burocratas, cujas trajetórias tenderam à composição dos grupos nomeados em terras lusas como *principais da terra*, ou mesmo, *nobreza da terra*.

Ao assumirmos a inaplicabilidade do conceito de *nobreza da terra* aos de indivíduos em foco, queremos dizer que estes homens não se consideravam pertencentes a um grupo aristocrático, bem como não se autodenominavam como tal e nem mesmo, ao se distinguirem do grupo original do qual foram recrutados, buscavam evocar a ideia de nobreza. Não assumiam os valores, padrões de conduta e o viver ao estilo e lei da nobreza, diferentemente do comportamento assumido pelas grandes famílias em Portugal, tal como Joaquim Romero Magalhães acentuou.²

Desde a saída do além mar dos primeiros grupos, enquanto simples imigrantes, gente sem fortuna e nobilitação, até sua integração ao seletor grupo dos potentados rurais no século XIX, foi trilhado todo um percurso intergeracional que possibilitou as condições de ascensão. Nosso objetivo aqui é entender quais os fatores que propiciaram essa mobilidade social e de que forma as gerações subsequentes superaram os obstáculos inerentes à condição de expatriados até se integrarem às elites agrárias do sudeste brasileiro.

A tese de doutorado de Jorge M.V. Pedreira, dedicada ao estudo da trajetória dos homens de negócio da praça de Lisboa, buscou entender como esse grupo se diferenciou na sociedade portuguesa nos anos finais do Antigo Regime. Em minucioso trabalho seu ponto de partida foi o levantamento das designações, das nomeações, uma vez que faziam parte de uma sociedade do privilégio, na qual as pessoas eram inseridas em um sistema de classificação social. Uma vez delineadas essas posições passou a perceber as fronteiras dos grupos, ou seja, como se utilizavam desse status para o controle de certas atividades. Daí identificou a configuração interna do grupo, os índices de desigualdade, renovação, o grau de coesão e as possibilidades de ações comuns. O conhecimento do grupo não dispensou a análise tanto dos percursos individuais, como do papel das relações familiares, escolhas matrimoniais, tipos de sucessão, partilhas e patrimônios.³

A dimensão da análise que propomos apenas inspira-se nesse percurso metodológico, uma vez que essa abordagem não é o objeto central da pesquisa. O núcleo central da extração aurífera era composto por uma diversificada hierarquia, com uma ampla base de escravos, libertos e livres, significativo setor médio composto de pequenos e médios proprietários

2 MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve econômico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.334.

3 PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995. (Tese de doutorado).

de terras e escravos, além daqueles vinculados direta ou indiretamente ao mercado e um reduzido grupo de homens ricos. Diante desse quadro, a comunidade estudada parecia apenas periférica, composta de pequenos e médios proprietários escravistas, uma extensa camada de unidades familiares de tipo camponês e uma quase imperceptível camada mais diferenciada ao nível do status.⁴ Dos povoados fundados nenhum deles alcançou a condição de vila, o que levou a ausência de uma câmara, homens bons, um espaço político, bem como reduzidas alternativas de sociabilidade.⁵

Por outro lado, a ausência de estruturas políticas e administrativas mais formais nos orientou o olhar para uma outra dimensão da vivência na América Portuguesa. Na vastidão do território, a expansão sobre os sertões e a vinculação destas áreas ao projeto colonizador, abria espaços para a constituição de comunidades sem, necessariamente, estarem organizadas por estruturas formais e espaços mais urbanizados: povoados, arraiais, curatos, distritos, ou qualquer outra titulação inferior ao status de vila se reproduziam por todo o interior.⁶

O fato de não encontrarmos uma *nobreza da terra stricto sensu* como um grupo proeminente no controle do poder local, com privilégios e em ascensão, não significava que algumas carreiras não pudessem estar sendo geridas ao nível da localidade. Encontramos, na comunidade em estudo, a reiteração das hierarquias sociais típicas das regiões mais desenvolvidas e articuladas ao projeto colonizador. Junto aos pequenos e médios proprietários, havia grupos com diferentes orientações valorativas, em busca da maximização de seus ganhos, o que significava o acesso à terra e ao controle de bens, agregados e escravos, políticas matrimoniais e recurso contínuo à emigração, como resposta às partilhas igualitárias.

Para dar conta dos objetivos, propomos uma abordagem que remete ao conceito de biografia discutido por Giovanni Levi. Levi dá uma contribuição fundamental a essa questão ao considerar que os historiadores, fascinados com as trajetórias individuais e, ao mesmo tempo, incapazes de dominar a singularidade irredutível da vida de um indivíduo, lançam mão do uso da perspectiva biográfica de diferentes maneiras.⁷ O conceito de *biografia e*

4 OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Senhores, roceiros e camponeses: apontamentos para uma história das comunidades rurais dos setecentos coloniais. In: ECHEVERRI, A. M. Adriana; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, C. Eduardo. *Impérios ibéricos en comarcas americanas: estudios regionales de historia colonial brasileira y neograndina*. Bogotá: Universidad Del Rosario Editorial; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

5 Apenas Conceição de Ibitipoca, o mais "desenvolvido" arraial da região, teria alcançado em 1718 a condição de paróquia e, mais tarde, de freguesia. No livro de capitação de 1715, dos moradores de Ibitipoca, havia 30 proprietários detentores de 198 cativos, enquanto que a mesma documentação para Vila Rica, 5 anos depois, haveria 10.741 escravos para 1757 proprietários; já para Sabará, para o mesmo período, 5992 escravos e 912 proprietários. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e escravidão em Minas Gerais, c.1720. In: VILLALTA, Luiz Carlos e RESENDE, Maria Efigênia de. *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.1.

6 Ângelo Carrara opõe o sertão à noção de currais quando a dada região passa a ser ocupada por atividades produtivas. CARRARA, Ângelo A. *Minas e currais*. Produção rural e mercado interno em Minas Gerais. 1674- 1807. Juiz de Fora: EDUFJF, 2007.

7 G. Levi elaborou uma tipologia que abrange quatro tipos de abordagens biográficas: Prosopografia e biografia modal; biografia e contexto; a biografia e os casos extremos e por último a biografia e a hermenêutica. LEVI, G.

contexto formulado pelo autor, através da qual são reunidas informações diversas sobre o contexto histórico e as práticas culturais próprias do período, parece-nos bastante interessante para a análise que se propõe.⁸ A prática cultural do endividamento, como extensão das relações sociais; a prática cultural dos apadrinhamentos como forma de ampliação dos laços familiares; essas e outras expressões de uma época nos possibilitam entender os indivíduos, sem, contudo, homogeneizar seus comportamentos.⁹

O recurso ao contexto será utilizado aqui não como forma de redução das condutas a comportamentos típicos, muito pelo contrário, levará em consideração os desvios e singularidades.¹⁰ Reunir informações sobre indivíduos, sem relacioná-los a seus grupos familiares, às suas redes relacionais, é tentar compreender uma vida como uma série única, sem outros vínculos que não o sujeito, tornando a abordagem simplista e equivocada.¹¹ Vincular os indivíduos a um contexto possibilita-nos perceber não só as regularidades, mas, principalmente, as incoerências e as diversidades entre as práticas. Para Levi, em todo sistema, há espaço para manipulação, interpretação e negociação das regras.

Elegemos três trajetórias cuja análise retrospectiva será realizada no decorrer desse artigo: *Francisco de Assis Alves* (inventário aberto em 1870), grande proprietário de terras, cafeicultor, proprietário de 296 cativos e um monte mor avaliado em aproximadamente oitocentos contos de réis. *Marcelino Gonçalves da Costa* (falecido em 1866), proprietário da maior fortuna do núcleo agrário da Mata mineira, possuidor de 305 cativos e com um monte mor avaliado em mil e setecentos e quarenta contos de réis. *Antonio Dias Tostes* (falecido em 1850), grande cafeicultor, capitalista, considerado um dos propulsores da futura sede do município (Juiz de Fora) ao adquirir vastas sesmarias na região e ao subdividi-las e vendê-las, em várias partes.¹² Seu monte mor em 1834 era de duzentos e doze contos de réis.

A primeira geração: 1740-1770

No rol das grandes transformações que caracterizaram o século XVII na América Portuguesa, sem dúvida alguma, a ideia de movimentação dos agentes sociais em seu espaço geográfico possui um enorme significado.

Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.167-182.

8 G. Levi recorre às reflexões de P. Bordieu quando este analisa a relação entre *habitus* de grupo e *habitus* individual, o estilo de uma época ou classe e a singularidade das trajetórias sociais, combinando diferenças singulares e conformidade e estilo do grupo. Tal abordagem parece-me bastante pertinente à reflexão que se pretende realizar. LEVI, G. Usos da biografia.

9 LEVI, G. Usos da biografia, p.167-182.

10 LEVI, G. Usos da biografia, p.167-182.

11 BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*, p.189.

12 Esses dados se referem ao inventário da primeira esposa de Antonio Dias Tostes de 1834.

Nesse longo processo de interiorização, os sertões foram devassados e anexados ao projeto colonizador. Levas de homens rústicos saíam do planalto paulistano em direção às terras consideradas pelos documentos de época como ignotas e perigosas. Os Sertões do Leste, tal como era denominada a extensa área da mata Atlântica e das serras do Mar e da Mantiqueira, entre o século XVI e parte do XVIII são ocupados, levando ao descobrimento do ouro em 1694.¹³

Nesse contexto de expansão, reflexo da bandeira do vigário João de Faria Fialho, Capitão Manuel de Borba e Pedro de Avos, consta a primeira citação à descoberta de ouro na região da Ibitipoca e a inserção desta região na cartografia da época: fazia parte do Termo da Borda do Campo, próximo à Barbacena, comarca do Rio das Mortes, região assim denominada em função da criação de uma fazenda de cultura de mesmo nome, em princípios do século XVIII. Forma-se ali uma primeira povoação que depois é sucedida por várias outras a que tivemos acesso pela documentação e que, atualmente, sobrevivem como pequenos distritos.

Em face da grande dispersão populacional e formação de povoados antes mesmo da chegada do Estado na região, precisamos elaborar outros meios de definição de um agrupamento social no espaço colonizado no início do século XVIII. Uma possibilidade seria partir de critérios geográficos, no entanto, o espaço, por mais que contenha caracteres de relevo, hidrografia, clima e demais fatores homogêneos, ele só ganha identidade a partir das relações sociais estabelecidas pelos seus indivíduos. Um indivíduo que não se manifestava por si só, mas enquanto parte de uma rede de relações, a família, o parentesco – importante elemento formador de uma sociedade. Temos então o *lugar* – espaço geográfico, espaço relacional; a *família* em seu sentido amplo e um terceiro caractere delimitador: o *rito* como um outro elemento fundador das sociedades, consubstanciado na devoção religiosa: a ermida, a capela, a igreja – enfim, a sede da *paróquia*. Todos aqueles indivíduos e grupos que se submetiam a esta paróquia, realizando os sacramentos, seja na forma do batismo, casamento, celebrações da morte, constituíam essa comunidade em estudo.¹⁴

O contínuo processo de interiorização sobre essa região foi realizado sob grande esforço com a finalidade, para uns, de obtenção de terras através do reconhecimento dos serviços prestados à Coroa. Para outros, uma aventura em busca de um local para a formação futura de sua propriedade, o que se observa pela grande presença de posseiros na citada região.¹⁵

13 *Atlas das representações literárias das regiões brasileiras*. Sertões brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p.12.

14 Essa ampla comunidade a qual me reporto era formado por diversos povoados, todos da Borda do Campo, vizinhos, a saber: Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca; Santa Rita do Ibitipoca; Santana do Garambéu; Ibertioga.

15 RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado da Mantiqueira*: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. São Paulo: USP, 2002. (História, Dissertação de mestrado).

Os exíguos dados encontrados para as primeiras décadas do século XVIII demonstram que já estava aberta a fronteira da Mantiqueira, com a formação de unidades produtivas de diferentes dimensões, voltadas para suas datas de exploração mineral e agrícola, tendo em vista que a terra nessa região prestava-se às atividades agropastoris, de acordo com os relatos de época e dos documentos encontrados para o período.¹⁶

Supõe-se, à primeira vista, que os imigrantes portugueses (região dos Açores e noroeste português) a cujos dados tivemos acesso através dos registros de batismo levantados, emigravam de sua terra natal para tão inhospita região mediante o garantido acesso às sesmarias. No entanto, estes assumiam mais a condição de posseiros, do que necessariamente sesmeiros. Numa relação dos posseiros encontrados na Serra da Mantiqueira, num total de 198 possessões ocupadas, encontramos rastros da posse de 18% de imigrantes portugueses, enquanto que, entre as sesmarias doadas para a Borda do Campo, encontramos apenas 10% de proprietários portugueses. A funcionalidade da sesmaria enquanto mercê, instrumento de premiação e recompensa aos prestadores de serviços ao Rei, favorecia a alguns, mas, ao mesmo tempo, possibilitava que um significativo grupo, pouco enquadrado nessas exigências, assumisse o risco da emigração. Muitos indivíduos se aproveitavam da ausência de controle sobre as terras e avançavam sobre áreas pouco articuladas ao núcleo minerador. O Alto da Borda do Campo, mais distante dos grandes centros de revenda de produtos locais, oferecia obstáculos naturais à fixação dos agrupamentos humanos. Possuía difíceis condições geográficas, marcadas pela presença de serras íngremes que dificultavam a criação de picadas, bem como solos menos férteis.

Dos nove mil registros de batismos levantados entre 1708, ano do primeiro registro encontrado (e apenas um), e 1850, marco final da pesquisa, chegamos a um total de 6395 registros de famílias.¹⁷ Deste total 305 eram de chefes de família portugueses de origem declarada que chegaram à região entre 1740 e meados de 1770, coincidindo com o fluxo natural da imigração portuguesa para toda a América Lusa.¹⁸

A grande maioria que se declarou como 'natural da terra' era composta por aqueles que não fizeram menção à sua ascendência portuguesa e se autodesignaram como moradores da Capitania de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas. Sobressai a referência constante à Taubaté, Guaratinguetá, Santos, Jacareí e Mogi para São Paulo; a capitania do Rio de Janeiro é citada gene-

16 OLIVEIRA, Mônica R. de. *Senhores, roceiros e camponeses: apontamentos para uma história das comunidades rurais dos setecentos coloniais*.

17 Cúria de Mariana e Cúria de Juiz de Fora. Registros paroquiais. Registros de batismos.

18 Chegada de portugueses da região do Minho, noroeste de Portugal, especialmente do arcebispado de Braga e Viana do Castelo (termos de Barcelos, Guimarães, e suas diversas pequenas freguesias) e também dos arquipélagos dos Açores e Madeira. A presença desses imigrantes portugueses na região corrobora as análises anteriores sobre os fatores e os números da emigração portuguesa no século XVIII para o Brasil.

ricamente e para Minas Gerais aparece a citação da Comarca do Rio das Mortes, mais especialmente São João Del Rei, Mariana e a própria Ibitipoca.

Entre os imigrantes portugueses que se autodeclararam na comunidade em foco chegamos ao seguinte quadro:

Quadro I
Origem do grupo que se autodeclararam portugueses (1740-1775)

Portugueses	Arcebispado de Braga	Ilhas atlânticas	Lisboa	Porto	Outras regiões	Dados incompletos
305	108	127	21	39	7	3
100%	35%	42%	7%	13%	2%	1%

Fonte: Registros Paroquiais – Batismos – Cúria de Mariana e Cúria de Juiz de Fora.

Manteve-se a mesma tendência já atestada anteriormente, quando levantamos dados específicos para a década de 1750, ou seja, a maior presença daqueles portugueses naturais das províncias do norte, da região do Minho, especialmente do arcebispado de Braga, Porto e a presença de muitos indivíduos originários das ilhas atlânticas, principalmente do arquipélago dos Açores.¹⁹ Como já foi considerado em trabalhos anteriores, apesar de indícios da presença de imigrantes das ilhas atlânticas em outras povoações da região aurífera, o número encontrado na comunidade em estudo superou as previsões anteriores.

A configuração social local conjugava uma estrutura econômica e social da região de origem, que impulsionava a emigração permanente, no caso, o Minho e os Açores, e os dispositivos de recepção e integração na América Lusa dos que iam chegando. Chegavam não só lusos, mas inicialmente, por todo o período investigado, muitos paulistas, além de outros grupos e indivíduos da própria Capitania de Minas Gerais, além do Rio de Janeiro. Ou seja, uma combinação de grupos, que se diferenciavam por sua ascensão mais ou menos longa em relação a Portugal.²⁰

19 A descoberta de ouro criou um surto emigratório mais amplo, a ponto de decretos régios tentarem impedir o fluxo sem muito êxito. A política do reino português se modificou em 1746 com vistas a ocupar as estratégicas áreas ao sul da América Portuguesa contra o avanço espanhol. Foi dada a preferência aos casais para garantir uma colonização de famílias já estáveis nas áreas praticamente vazias de colonização branca. Sairam, porém, muitas pessoas clandestinamente, estimuladas não só pelos fatores de dispersão nas ilhas, mas também pelos fatores de atração: acesso a terras minerais, agricultura e criação, disponíveis no centro-sul da América Portuguesa e, especialmente, a presença de uma população lusa já residente, de primeira ou segunda geração, enraizada no território.

20 Para uma bibliografia mais completa acerca da imigração portuguesa para a América Portuguesa, consultar: SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português* (séculos XVIII e XIX). Guimarães: NEPS-Universidade do Minho, 1999; GONZÁLEZ, Francisco García. (coord.) *La Historia de la familia en la península ibérica, balance regional y perspectivas: homenaje a Peter Laslett*. Cuenca: Edición de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2008; ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993; LEITE, Joaquim da Costa. *O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)*. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. (org.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.177-200.

No entanto, a naturalidade e a ascendência só eram declaradas quando eram de fato nascidos em Portugal. Os registros aparecem completos, com nomes dos avôs e avós e suas origens geográficas, tal como o hábito de batismo realizado em Portugal. Para esse grupo, se tomarmos como base o período entre 1740 e 1775, quando se declararam portugueses 305 chefes de família, a grande maioria dos registros não apresenta nenhuma informação, o que nos levou a inferir que os demais eram nascidos na América, de segunda ou terceira geração de portugueses. Ao nos basearmos nas origens declaradas das esposas dos portugueses cujos registros aparecem completos, percebemos que 60% eram de esposas que se autodeclararam de Minas Gerais; 10% do Rio de Janeiro; 11% de São Paulo; e apenas 13 % de esposas de origem portuguesa declarada (com 6% de dados incompletos).²¹ Esses dados nos levaram a uma série de considerações. Primeiro, percebe-se que o mercado matrimonial era vasto e diverso e não se prendia a uma endogamia geográfica e nem mesmo étnica, ou seja, não ocorria preferencialmente dentro de famílias portuguesas de primeira geração. Segundo, havia uma maior disponibilidade de homens, homens solteiros, que não estabeleciam regras *a priori* para o ensejo do matrimônio.

Estas reflexões ganham maior significado quando detectamos que essa imigração de portugueses era claramente de indivíduos e não grupos familiares. Menos de 5% dos portugueses emigraram com apenas um irmão. Portanto, a recriação dos laços familiares na nova área constituía uma primeira medida a ser tomada, independente da ascendência e das origens geográficas das esposas, bem como fortalecer aquelas relações pré-existentes. Referimo-nos à rede de amizades e afinidades entre os emigrados. Entre os açorianos, no total de 127 indivíduos, percebe-se que grande parte vinha das Ilhas do Pico 28%, Faial 22%, São Miguel 20%, Ilha Terceira 10%, outras 20%. Afora a grande parcela proveniente da região do Minho, 147 indivíduos, dos quais, Braga 73% e Porto 27%, perfazendo 49% dos 305 portugueses em questão.²² Certamente esses grupos estavam, de uma forma ou de outra, aparentados ou possuíam laços de afinidade. O matrimônio servia então como uma primeira estratégia de fortalecimento dos laços dos recém chegados com aqueles já estabelecidos anteriormente na América Portuguesa.

O caráter estrutural da migração minhota e açoriana e as redes que teciam com base em laços entre parentes e em relações de amizade, vizinhança, ou mesmo nos negócios realizados já foi por demais comprovado por outros trabalhos.²³ Certamente o acolhimento entre afins, mesmo sem

21 Cúria de Mariana e Cúria de Juiz de Fora. Registros de batismo.

22 Cúria de Mariana e Cúria de Juiz de Fora. Registros de batismo.

23 Jorge Pedreira encontra o mesmo padrão de recrutamento dos comerciantes em Lisboa, originários em grande maioria das regiões minhotas e altamente articulados pelas redes de parentesco e amizade. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*, p.207.

um suporte exclusivamente familiar, constituía em uma vantagem para se estabelecer mesmo diante da instabilidade do acesso a terra com um título formal de sesmaria, tal como considerado acima. Por outro lado, a existência de redes de amizade e vizinhança tecidas nas regiões de origem não se tornava condição, havendo espaço para os aventureiros, para aqueles desenraizados, sem auxílios que afluíram livremente para região em busca de oportunidades.

Esse recrutamento coletivo de indivíduos e grupos para o entorno da região das minas se processava pelo evidente sonho de acesso ao ouro. No entanto, percebe-se que talvez essa motivação não se constituísse a principal. Emigravam os insatisfeitos, aqueles movidos pelo desejo de mudança e superação de desafios, impulsionados pela falta de recursos e oportunidades. Emigravam aqueles que desejavam e acreditavam que podiam reverter as circunstâncias em que viviam em seu país: a zona rural, empobrecida e sem maiores alternativas para todos seus habitantes do noroeste português e Açores.

Minhotos e açorianos tendiam a repetir o mesmo padrão de comportamento que viviam em suas sociedades de origem. Margarida Durães assim caracterizou suas residências no Minho “De dimensões exíguas, escuros, sombrios, mal arejados, os pequenos cubículos onde habitavam os camponeses tinham as mesmas medidas, ou inferiores, das cortes e currais utilizados para abrigar o gado”.²⁴ No entanto, no espaço das Minas, a disponibilidade de terras e o acesso a um amplo mercado a ser abastecido de variados gêneros possibilitavam melhores alternativas de ganho, como também melhorias no modo de viver. Pelos traços observados nos inventários, para a maioria, permaneceu o padrão rústico, despojado, com mínimo necessário à sobrevivência e, para poucos, algumas melhorias no mobiliário, nos utensílios de cozinha e à mesa. Para todos, a compra de escravos, benfeitorias e a expansão das terras de roça, constituíam-se nos principais investimentos desse grupo.²⁵

Nesse contexto que os ascendentes de nossos três protagonistas, homens ricos, grandes proprietários rurais da Zona da Mata mineira, aparecem. A primeira geração, na América Portuguesa, da família de Francisco de Assis Alves migrou para a comunidade em foco, na década de 1760, mais especificamente para Garambéu. O avô de Francisco chamava-se

24 DURÃES, Margarida. Os camponeses do noroeste de Portugal: família, patrimônio e cultura material (séculos XVIII-XIX). In: CUNHA, Mafalda Soares e FRANCO, Juan Hernández. (orgs.) *Sociedade, família e poder na península ibérica*. Elementos para uma história comparativa. Lisboa: Edições Colibri, CIDEHUS/Universidade de Évora/Universidade de Murcia, 2010, p.235-254.

25 Não é nosso objetivo neste momento aprofundar nossas reflexões acerca da economia material das populações camponesas de Portugal. Há uma vasta literatura a respeito. Consultar: ROCHE, Daniel, *Histoire des choses banales*: naissance de la consommation dans les sociétés traditionnelles (XVII^e – XIX^e siècles). Paris: Fayard, 1999; GARCÍA GARCÍA, M. Magdalena. Condiciones de vida material de los viqueiros según los inventarios post-mortem en los siglos XVII y XVIII. *Boletín del Instituto de Estudios viqueiros*, n.2, p.107-118, 1996; FLANDRIN, Jean-Louis. *Familias*: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. Lisboa: Estampa, 1994.

Gregório José Alves, natural de Barcelos, Arcebispado de Braga, e sua avó era Catarina Maria do Espírito Santo, filha de imigrantes açorianos de São João Del Rei. Gregório se estabeleceu na região por volta de 1763, data do nascimento de seu primeiro filho. Fixou residência no alto da Borda do Campo, no povoado de Garambéu e sua esposa teve oito filhos, com intervalos intergenésicos de 2 anos.²⁶ Como padrinhos de sua extensa prole aparecem os avôs maternos, bem como outros primos, de diferentes naturalidades, tais como São João Del Rei, Prados, Aiuruoca.

Percebe-se que, para a celebração do batismo, privilegiavam-se os laços de família e não necessariamente os de vizinhança. Padrinhos e madrinhas percorriam distâncias, para celebrar não só um sacramento, mas para fortalecer os laços de parentesco e amizade. Não conseguimos mais dados acerca da ocupação econômica de Gregório, mas, certamente, estava vinculada à mineração conjugada à produção agropecuária, característica do período. O quinto filho do casal, nascido na mesma localidade, chamado Tomás de Aquino Alves, será o pai de Francisco.²⁷

Já a primeira geração da família de Marcelino Gonçalves da Costa emigrou por volta de 1756 para o povoado de Ibertioga. Seu avô Francisco Gonçalves da Costa veio da Ilha Terceira nos Açores para o alto da Borda do Campo, como parte do clássico contexto da migração de minhotos e açorianos para a América Portuguesa nos meados do século XVIII. Lá se casou com Josefa Maria do Espírito Santo, natural de Aiuruoca, filha de um minhoto por parte de pai, já estabelecido na região como minerador. Com ela teve doze filhos, entre eles Félix Gonçalves da Costa (1757), pai de Marcelino. Francisco possui várias entradas no banco de dados, além de doze vezes como pai, apresenta-se mais dez vezes como padrinho de escravos, uma índia bastarda, além de vários parentes seus, o que nos demonstra a importância da extensão dos laços familiares pelo compadrio, uma característica recorrente nos grupos sociais do período.²⁸

Com relação à primeira geração da família de Antônio Dias Tostes, foram encontrados diversos rastros que nos possibilitaram um mapeamento do comportamento sócio-econômico e familiar. Seu avô, nascido em 1709 na Ilha Terceira, Açores, teria emigrado para o Brasil por volta do ano de 1742 com 33 anos, junto a milhares de conterrâneos. Fixou-se no povoado de Santa Rita do Ibitipoca, quando adquiriu sua primeira sesmaria de terras em 1745 e quatro anos depois foi batizado seu primeiro filho.²⁹ Pelos dados encontrados observamos que esse primeiro Antônio teria emigrado sozinho, dentro do padrão geral da migração de homens solteiros. Casou-se em

26 Cúria de Mariana e Cúria de Juiz de Fora. Registros de batismo.

27 ALMEIDA, Fabiano Alves Bretas. *O comportamento sócio-econômico das elites agrárias no século XIX: o caso do tenente Francisco Alves de Assis*. Juiz de Fora: UFJF, 2010. (História, Monografia de Bacharelado).

28 Cúria de Mariana e Cúria de Juiz de Fora. Registros de batismo.

29 Cúria de Mariana e Cúria de Juiz de Fora. Registros de batismo.

Ibertioga, com Luzia Ribeiro Soares, mineira, mas de família proveniente da cidade de São Paulo. Seu casamento lhe proporcionou o acesso a uma das mais importantes famílias paulistanas, consideradas como fundadoras de São Paulo. Luzia era prima de Garcia Rodrigues Paes e parente de outros grandes sertanistas.

Antônio tornou-se minerador, tendo se estabelecido como grande proprietário na região, diante de um padrão de pequenas e médias propriedades. Teve 8 filhos, a cujos registros tivemos acesso. Estendeu suas redes de poder através do compadrio, tanto a pardos, quanto a conterrâneos seus, os quais, futuramente, participarão dos arranjos matrimoniais promovidos por ele. Na lista de dízimos de 1757, para a localidade de Santa Rita, Antônio afigura-se como o maior contribuinte.³⁰ Seu quinto filho, o segundo de sexo masculino, receberia não só seu nome como também parte de sua herança material e imaterial. É este Antonio Dias Tostes Filho, que dará continuidade à carreira de sucesso de seu pai.³¹

Pelo exposto, observa-se que os dois ascendentes analisados, avós de Francisco de Assis Alves e Marcelino Gonçalves da Costa, iniciaram suas carreiras no rol das imigrações açorianas e minhotas dos meados do século XVIII, como simples indivíduos, cujas origens prendiam-se às decadentes áreas rurais destas regiões. O percurso de Antônio Dias Tostes se distingue dos demais por um acesso mais rápido à sesmaria e à condição de maior contribuinte de dízimos de sua região. Consideramos que tenha trazido algum cabedal ou importantes relações parentais que o elevassem à condição, três anos depois de ter chegado à América Portuguesa, de se unir, por matrimônio, a uma prestigiada família, o que certamente lhe ajudou a consolidar seu *status* e patrimônio.

A emigração para a América Portuguesa afigurava-se como uma alternativa à posse de terras e demais bens. O alto da Borda do Campo, como região mais rústica, porém, próxima às áreas mais urbanizadas e controladas pela metrópole, se constituía em boa porta de entrada e acesso aos bens desejados, fosse através da mineração ou da posse de terras e produção agropecuária comercializável, fonte estável de lucros desde as primeiras décadas do século XVIII.

A segunda geração: 1771-1830

O contexto pelo qual se desenvolveu a segunda geração dos três principais atores vincula-se à gradativa substituição da extração aurífera, como atividade econômica prioritária, pelas atividades ligadas ao merca-

30 Arquivo Público Mineiro. Livro de Dízimos.

31 Cúria de Mariana e Cúria de Juiz de Fora. Registros de batismo; Arquivo Histórico da UFJF. (AHUFJF). Inventários *post-mortem*.

do interno e uma lenta emigração para outras áreas próximas à Borda do Campo, ainda periféricas às grandes áreas urbanas da Comarca do Rio das Mortes, como Mariana e Vila Rica. Contudo, essas regiões possuíam uma posição mais estratégica, próxima ao Caminho Novo e das redes de escoamento da produção. A região era coberta por terras agricultáveis, mais propícias à criação, sugerindo o perfil de unidades pecuaristas, com uma mínima produção de alimentos, dirigida para o consumo interno da unidade e eventual venda de excedentes no mercado. Os produtos cultivados adequavam-se à dieta alimentar das famílias e a presença maior de milho devia-se a sua associação com a criação de porcos.

Em outros trabalhos chegamos a caracterizar a região como de pequenas e médias propriedades. Muitas propriedades e posses com um padrão próximo ao camponês e presença concomitante e majoritária de pequenas e médias propriedades escravistas. Em grande parte das unidades agrícolas pesquisadas, em que pesem algumas diferenças em traços de sua cultura material (para alguns um mobiliário um pouco mais diversificado, bem como utensílios domésticos de diferentes qualidades), sobressaía uma enorme rusticidade, o que, a primeira vista, contrastava com o fôlego das unidades na manutenção de sua escravaria. O investimento e estímulo na formação de famílias cativas era, para o chefe do domicílio, extremamente estratégico para manutenção de sua propriedade, inserção no mercado e menores investimentos na obtenção de cativos através da compra.³² Comprovamos que esse sistema agrário constituía a “ante-sala” da efetiva ocupação e montagem da cafeicultura na Zona da Mata mineira, na primeira metade do século XIX. A expansão para a Mata, região vizinha, realizou-se como uma extensão da fronteira de ocupação destes agentes socais, favorecidos pela conjuntura específica de dinamização da cafeicultura no Vale do Paraíba Fluminense. O percurso destas três gerações revela muito desse processo.³³

Essa segunda geração de indivíduos e famílias desce as serras íngremes e ocupa as áreas mais aprazíveis do Termo de Barbacena em direção ao sul da Capitania. Nelas encontramos os pais de nossos protagonistas. O capitão Tomás de Aquino Alves, nascido em 1772, filho de Gregório José Alves e pai de Francisco de Assis Alves, ainda encontrava-se em Ibitipoca, onde teve seu primeiro filho por volta de 1801, com 29 anos. Posteriormente, fixou residência em Aiuruoca, importante freguesia do Sul de Minas Gerais, vinculada às tradicionais vias de mercado interno mineiro. Percebe-se que ele não permaneceu na comunidade de origem e emigrou para uma área mais próspera e melhor articulada às vias de mercado, para onde pudesse

32 OLIVEIRA, Mônica R. de. *Senhores, roceiros e camponeses*: apontamentos para uma história das comunidades rurais dos setecentos coloniais.

33 OLIVEIRA, Mônica R. de. *Negócios de família*. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Bauru/Juiz de Fora: Funalfa/EDUSC, 2005.

escoar sua produção e negociar nos vários circuitos mercantis que entrecortavam a região e desembocavam na grande praça da Corte. Instala-se mais tarde em Rio Preto, na própria Zona da Mata, considerado um dos primeiros núcleos cafeeiros fundados na região. Observa-se que Tomás, como quinto filho de rústicos imigrantes minhotos das terras inóspitas da Borda do Campo, conseguiu aumentar seus cabedais. Como produtor de gêneros, emigrou para outras áreas, recentemente incorporadas à ocupação, como também ascendeu à condição de capitão, o que lhe conferiu distinção, símbolo de ascensão social.

Félix Gonçalves da Costa, neto de Francisco Gonçalves da Costa, pai de Marcelino Gonçalves da Costa, também permaneceu na região de origem, Santa Rita do Ibitipoca, porém, por pouco tempo. Possuímos o registro de apenas uma filha sua batizada na capela local. Realizou matrimônio com uma descendente de açorianos, tal como ele, da Ilha Terceira. Félix desceu a serra de onde havia nascido e tornou-se proprietário de áreas férteis próximas a cidade de Barbacena, onde teve nove filhos, entre eles Marcelino Gonçalves da Costa.

Tal como Tomás, Felix se movimentou no espaço regional em busca de novas terras e, principalmente, mais estratégicas para envio de produtos pelas estradas e caminhos. Dá origem a uma dinâmica unidade produtiva voltada à criação de animais e vinculada às redes mercantis mineiras.³⁴ Possuía duas sesmarias de terras com matas e capoeiras cultivadas, uma parte de terras de cultura e a presença de uma fazenda no Distrito do Quilombo do Termo da Vila de Barbacena.³⁵ Esta por sua vez, continha capoeiras, casas, paiol, moinho e chiqueiros. Possuía um monte mor superior a 13:000\$000 e 21 escravos.³⁶ Pelo porte de sua empresa, nos limites de uma economia voltada para o mercado interno, podia ser considerado um grande proprietário de terras e escravos.³⁷

Antônio Dias Tostes Filho, seguindo a trajetória do pai, recebeu também carta de sesmaria em 1798, não no alto da Borda do Campo, mas no próprio Termo de Barbacena. Manteve a atividade de mineração associada à agricultura. Seu matrimônio não diferiu muito do padrão já percebido, casou-se com a filha de um abastado lavrador de alimentos da região de São João Del Rei. Dentro do movimento já delineado, Antônio Dias Tostes Filho estendeu seus laços para fora da região. Os sertões do leste, (mais tarde denominados Zona da Mata) região de acesso antes proibido, passou a ser ocupada efetivamente e Antônio Filho adquiriu uma importante fazenda nessa região.³⁸ Entre seus ascendentes diretos, um recebeu o seu nome

34 Cúria de Mariana e Cúria de Juiz de Fora. Registros de batismo.

35 Arquivo da cidade de Barbacena. Inventários *post-mortem*.

36 Barbacena. Fórum Mendes Pimentel. Inventários *post-mortem* do 1º Ofício Cível.

37 OLIVEIRA, Mônica R. de. *Negócios de família*, p.107.

38 Chamada Fazenda do Juiz de Fora, que deu origem à cidade de Juiz de Fora.

e coincidentemente aquele que, mais tarde, viria a se tornar um grande potentado local na Zona da Mata mineira. Avô, filho e neto: um compartilha a experiência do outro. O nome os identificava com as alianças, com as redes de amizade e prestígio, verdadeiras bases para a constituição de uma condição estável como proprietário de terras e escravos.

Essa segunda geração sobreviveu ao decréscimo das possibilidades de extração mineral, expandiu-se por novas terras, antes partes do chamado 'sertão', com a finalidade de realizarem novas alianças. Utilizaram-se da herança paterna para a formação do novo lar, obter bens e escravos, mas principalmente, a rede de contatos que poderia abrir os caminhos, conceder créditos e mercado para seus produtos.

A terceira geração: 1831-1870

Chegamos agora aos nossos três protagonistas e, no mesmo procedimento metodológico, vamos acompanhar seus itinerários individuais. Essa terceira fase refere-se à abertura da fronteira na Zona da Mata mineira. Esta região teve suas terras devassadas desde a abertura do Caminho Novo, no início do século XVIII, mas sua efetiva ocupação só ocorreu na primeira metade do século XIX. Acreditamos que a ocupação econômica da Mata mineira representou mais uma alternativa de fixação e ampliação de negócios para os grupos sociais originalmente vinculados ao território mineiro e para os capitais auferidos na economia mercantil de alimentos. A Mata caracterizava-se, inicialmente, por um restrito mercado e, posteriormente, por um vigoroso processo de acumulação de capitais proporcionado pela produção cafeeira, a partir das décadas de 60 e 70 dos oitocentos.

Consolidaram-se os seus traços estruturais básicos, já previstos em outros sistemas agrários de mesma natureza, como a difusão da posse de cativos, produção extensiva, baixo nível técnico, presença concomitante de pequenas, médias e grandes propriedades, com diferentes níveis de riqueza e posse de escravos. Em tese de doutorado, dedicada à análise da formação da cafeicultura em Minas Gerais, percebemos o trânsito de grupos sociais pelas áreas de fronteira, trazendo consigo uma rede de relações sociais que tornaram possível o acesso a grandes parcelas de terras, créditos, montagem dos plantéis escravistas e negociação no porto do Rio de Janeiro.³⁹

Francisco de Assis Alves, na esteira de seus ascendentes, expandiu-se para as áreas férteis e promissoras da Zona da Mata mineira e dedicou-se à cultura do café, ainda em fase de expansão, nos meados do século XIX. Figurou entre os maiores e mais importantes produtores de café do município

39 OLIVEIRA, Mônica R. de. *Negócios de família*, p.103.

de Juiz de Fora, no período de 1870-1887.⁴⁰ Casou-se com Ignácia Cândida de Moura cuja origem era do Arcebispado de Braga e Guaratinguetá na Província de São Paulo.

Francisco tornou-se um grande proprietário escravista na Mata mineira. Sua condição certamente foi beneficiada pelo matrimônio contraído ao receber o alto dote de aproximadamente 1:250\$000 réis. Para além dos recursos financeiros auferidos, Francisco beneficiou-se dos privilégios e contatos comerciais ao se unir a família de Ignácia, profundamente articulada a alta aristocracia fluminense:

Passou a fazer parte da família Monteiro de Barros, na mata mineira, representados pelo patriarca Antônio Bernardino de Barros, casado com Fausta de Moura, irmã de Ignácia Cândida de Moura, e seus filhos, Barão de São José Del Rei, Gabriel Monteiro de Barros, e Barão de Três Ilhas, José Bernardino de Barros (...) tornou-se primo: do Barão de Itambé, Francisco José Teixeira, fazendeiro de Vassouras-RJ; Barão de Aiuruoca, Custódio Ferreira Leite, fazendeiro de Aiuruoca-MG e também de Barra Mansa-RJ e do Comendador Anastácio Leite Ribeiro, os quais inauguraram em 1820 a “Estrada da Polícia”, ligando o Rio de Janeiro às Minas Gerais. E ainda, primo, do Barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite, filho do Barão de Itambé; Barão do Amparo, Manoel Gomes de Carvalho e do Barão do Rio Negro, Manoel Gomes de Carvalho Filho.⁴¹

Em 1870, no auge da produção local, chegou a possuir 296 escravos, que moviam suas sete propriedades, com milhares de pés de café plantados e benfeitorias, três delas com mais de trezentos alqueires. Utilizou-se da política matrimonial enquanto uma instância para realização e fortalecimento de alianças. Realizou arranjos matrimoniais para suas sete filhas, dotando-as com parcelas significativas de capital, além de reforço do *status* familiar, unindo uma ao filho do Marquês de Valença e as demais aos casamentos endógenos, especialmente entre primos.⁴²

Vários trabalhos já se dedicaram ao tema da importância da estratégia matrimonial para a defesa do patrimônio e *status* familiares. Esta prática resultava em estabilização e equilíbrio, conduzindo à preservação do patrimônio fundiário em grandes propriedades e à formação de uma sociedade altamente hierarquizada, controlada por grandes senhores de terras e de homens.⁴³

Marcelino Gonçalves da Costa tornou-se proprietário da maior fortuna do núcleo agrário da Mata Mineira, com 305 cativos e um monte mor de

40 ALMEIDA, Fabiano Alves Bretas. *O comportamento sócio-econômico das elites agrárias no século XIX*, p.1.

41 ALMEIDA, Fabiano Alves Bretas. *O comportamento sócio-econômico das elites agrárias no século XIX*, p.54.

42 ALMEIDA, Fabiano Alves Bretas. *O comportamento sócio-econômico das elites agrárias no século XIX*, p.60.

43 OLIVEIRA, Mônica R. de. *Negócios de famílias*; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno* (Sorocaba, séculos XVIII e XIX). São Paulo: UNICAMP 1994. (História, Tese de doutorado); BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/Unicamp, 1977.

mais de 1.734:428\$726 em terras e cafezais. Era, não coincidentemente, o maior capitalista local, reunindo 146 devedores no momento da abertura de seu inventário, em 1866.⁴⁴ Marcelino, bastante articulado à alta elite de São João Del Rei, conseguiu unir por matrimônio duas de suas filhas às importantes famílias de origem mercantil, através do matrimônio de Maria Teodora da Costa Lima com o neto do Sargento Mor e comerciante Joaquim Leite Ribeiro – Joaquim Leite Ribeiro Guimarães – que se tornou, posteriormente, grande cafeicultor na Mata e Carlota Teodora da Costa Lima ao filho do Barão de Aiuruoca – José Custódio de Magalhães Leite – grande cafeicultor de Mar de Espanha – Mata Mineira.

A congratulação de casamentos de filhos de duas importantes famílias possibilitou o trânsito de riquezas, troca de favores e propiciou a anexação de heranças passadas de geração a geração. As elites agrárias tinham interesses nas alianças matrimoniais de seus filhos para incluir no seu círculo familiar as conexões comerciais de que dependiam para o movimento de giro de suas unidades agrárias.⁴⁵

Ao investir 50,96% de seu monte em dívidas ativas, 12,11% em terras e cafezais e 13,43 % em escravos, Marcelino Gonçalves da Costa demonstrou ser, antes de um grande fazendeiro, um grande capitalista. Mas o porte de sua empresa, que mantinha uma produção de 230 mil pés de café, além de três sesmarias e mais 320 alqueires de terras e 305 cativos, sinalizavam que a ampliação de sua fortuna não se devia somente à atividade usurária.⁴⁶

Não coincidentemente, mas parte das estratégias das elites do período, uma das irmãs de Marcelino, Ana Maria do Sacramento, casou-se com Antônio Dias Tostes Neto, que, além de um dos maiores proprietários de sesmarias na Mata Mineira, era grande capitalista e credor de seu pai.⁴⁷

Antonio Dias Tostes (Neto), tenente e depois capitão, tal como seu pai, casou-se em primeiras núpcias com Ana Maria do Sacramento, irmã de Marcelino e, portanto, proveniente de uma família de abastados proprietários rurais da região de Barbacena. Antônio tornou-se grande proprietário de terras na Mata mineira, região que se tornara bastante estratégica devido ao Caminho Novo que a entrecortava em direção às Minas.⁴⁸ Certamente, esse terceiro Dias Tostes foi privilegiado pela conjuntura de abertura dessa fronteira, foco de nova leva de distribuição de sesmarias e livre ocupação.

No inventário de sua primeira esposa constavam 72 devedores em uma dívida ativa que correspondia a 33,22% de seu monte mor que à época –

44 AHUFJF. Inventário *post-mortem*.

45 Carlos Bacellar percebeu mesma estratégia para as elites agrárias de Sorocaba. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno*.

46 OLIVEIRA, Mônica R. de. *Negócios de famílias*, p.272.

47 AHUFJF. 1º Ofício Cível. 1º Ofício Cível do Fórum da cidade de Barbacena. Inventários *post-mortem*; 1º Ofício Cível do Fórum da cidade de Barbacena.

48 Ao adquirir vastas sesmarias na região, Tostes subdividiu-as e vendeu-as em várias partes, auferindo enormes lucros dessas transações e possibilitando a criação de um núcleo urbano.

1834 – correspondia à alta quantia de, aproximadamente, 212 contos de réis. Entre os 72 devedores de Tostes, encontramos muitos de seus genros, filhos e sogro. Esse tipo de empréstimo realizado dentro da esfera familiar revelava uma conduta de reciprocidade, na qual a aliança matrimonial reforçava a aliança econômica, permitindo um equilíbrio entre famílias. Os demais empréstimos fragmentavam-se entre pequenos e médios lavradores do município, demonstrando uma conduta que revelava tanto uma forma de investimento, quanto uma preocupação com a extensão dos laços de clientela, perceptível pela ausência de informações relativas a prazos, juros e condições dos devedores.

Esse perfil do terceiro Tostes ficou mais evidente quando em uma relação de 1830 das famílias da Zona da Mata e seus integrantes no tráfico de escravos, com remessas acima de 20 cativos para Minas Gerais, Fábio Pinheiro mencionou o seu nome. Antônio Dias Tostes Filho era também traficante de escravos realizava negócios com outros importantes negociantes no périplo entre África e Rio de Janeiro, além de várias outras operações de compra e venda de cativos internas à província. Pinheiro considerou a importância das conexões mercantis entre tradicionais famílias mineiras e grandes negociantes de grosso trato da praça mercantil do Rio de Janeiro para o entendimento da vinculação entre a economia mineira e o abastecimento de cativos viam tráfico atlântico.⁴⁹

Tostes teve 12 filhos, dentre os quais deixou como herança não só seu patrimônio material, como também seu *status* de grande proprietário de terras e tradição de fundação de uma vila que viria a ser pioneira na produção de café na segunda metade do século XIX. Seus filhos realizaram importantes casamentos entre a elite agrária local. Repetidas uniões entre parentes colaterais consanguíneos – tios e sobrinhas, referendando a principal estratégia sócio-econômica de ampliação do patrimônio e preservação do *status* intra familiar. Sua filha Maria Antônia casou-se com o grande proprietário Mariano Dutra de Moraes e, deste consórcio, três de suas filhas, casaram-se com seus três tios maternos. A política matrimonial revelou uma conduta mais ostensiva de ganho econômico ao incluir, para além dos critérios econômicos e as relações por afinidade, as relações de consanguinidade muito próximas, dispostas a manter o patrimônio nas mesmas famílias.⁵⁰

As trajetórias desses indivíduos remetem a uma prática cultural no qual se encontram elementos herdados de seus pais e avós, como o nome,

49 PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros*, Zona da Mata, c. 1809 – c. 1830. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007 (História, Dissertação de mestrado), p.143.

50 Outra filha de Antonio Dias Tostes contraiu matrimônio com Henrique Guilherme Fernando Halfeld, prestigiado proprietário local, engenheiro alemão e lavrador de alimentos, realizando outra aliança de prestígio na localidade. Juiz de Fora. Arquivo Histórico Municipal. Inventários *post-mortem*.

prestígio, preocupações em estender suas redes relacionais e incluem, por outro lado, a apreensão de outros significados próprios de sua época. Refiro-me à preocupação mais significativa com investimentos mais diversificados e uma atuação no mercado mais ostensiva, demonstrada ao traficar escravos, realizar empréstimos empregando parte significativa do patrimônio, focados não apenas em benefícios indiretos e suas redes, mas na maior possibilidade de ganho monetário.

Considerações Finais

Foram eleitas três trajetórias que correspondem ao comportamento de três gerações originárias de um grupo mais amplo, e parte de um mesmo contexto, ou seja, indivíduos e grupos portadores de *status*, na América Portuguesa, marcados por uma série de valores normativos, práticas culturais e escolhas características de sua época.

Essa ampla tentativa de acompanhar o percurso familiar desses três indivíduos foi possibilitada pela presença de uma série de características que se reiteraram. Geograficamente, saíram das mesmas regiões do reino português, pelos mesmos fatores de expulsão e atração. Instalaram-se sobre as bases das relações familiares e de afinidades constituídas na terra natal. Consolidaram seus laços, recriando casamentos, entre lusos recém-chegados e aqueles de segunda e terceira geração, mais adaptados e mais articulados às redes de amizade, que se traduziam não só em acolhimento, mas em créditos, dotes, dentre outros.

Realizaram um mesmo percurso no espaço e no tempo desde a saída de Portugal e Ilhas Atlânticas até a interiorização na Capitania e Província mineira. Do Minho e Açores chegaram à comunidade do alto da Borda do Campo, que, mesmo próxima ao Caminho Novo, possuía serras íngremes que dificultavam a fixação de população e, talvez por isso, fossem menos reguladas pela Coroa. Nessa região puderam se tornar, mais facilmente, proprietários de suas posses e sesmarias.

Com o decréscimo da extração aurífera, aumento de suas famílias e esgotamento das terras, esses grupos sentiram-se pressionados a emigrar para dar continuidade ao seu projeto arcaico de posse de terras e homens. Esse movimento interno não foi de homens solitários, mas sim de grupos familiares inteiros. Portanto, a segunda geração desce a serra e assume as áreas próximas à sede do Termo de Barbacena, como o caso dos ascendentes de Marcelino e Antônio, ou para o sul da província, como o caso da família de Francisco. Aproveitam-se da disponibilidade de terras e o acesso à comercialização de seus produtos nas vias de abastecimento da Corte no Rio de Janeiro.

No entanto, com a queda das proibições de acesso à Mata mineira, região contígua à Mantiqueira e estimulados pelo avanço da cultura ca-

feira em solo fluminense, percebe-se um outro movimento no espaço. Essa movimentação se baseou não só na motivação da disponibilidade de terras na nova área de fronteira, mas, certamente, nas redes de relações pessoais e familiares que foram sendo tecidas ao longo de décadas. As redes relacionais fundadas pelos seus antepassados foram alimentadas e consolidadas no tempo pelas sucessivas gerações e possibilitaram o *status*, à terceira geração, de potentados rurais.